

De
LEGIBUS

5/6

2023

**A PSICOLOGIA DO TERRORISMO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS
E FUTURO DA AMEAÇA TERRORISTA INTERNACIONAL**

THE PSYCHOLOGY OF TERRORISM: CAUSES, CONSEQUENCES
AND FUTURE OF THE INTERNATIONAL TERRORIST THREAT

SUSANA DE SOUSA LOURENÇO

REVISTA DE DIREITO

LAW JOURNAL

Faculdade de Direito — Universidade Lusófona

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/delegibus>

A PSICOLOGIA DO TERRORISMO: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E FUTURO DA AMEAÇA TERRORISTA INTERNACIONAL

THE PSYCHOLOGY OF TERRORISM: CAUSES, CONSEQUENCES
AND FUTURE OF THE INTERNATIONAL TERRORIST THREAT

SUSANA DE SOUSA LOURENÇO*

SUMÁRIO: Prólogo; 1. Introdução; 2. A Psicologia do Terrorismo: definição, enquadramento epistemológico e relevância; 3. O impacto psicológico do terrorismo e a intervenção psicológica com vítimas de acções terroristas; 4. Explicação psicológica para o terrorismo e o processo de radicalização; 5. Prevenção do terrorismo; 6. Caracterização psicológica dos terroristas; 7. Conclusão.

RESUMO: O processo evolutivo do terrorismo de índole islamista tem vindo a ser testemunhado a nível internacional no decurso das últimas décadas. O denominador comum da acção terrorista perpetrada por células independentes, grupos e organizações terroristas, que almeja propagar o terror e condicionar a liberdade humana, traduz-se em variáveis disposicionais e extrínsecas passíveis de ser interpretadas com recurso ao domínio das ciências sociais, nomeadamente da Psicologia. Ainda que este fenómeno represente uma ameaça relativamente recente no continente europeu, emerge, cada vez mais, a necessidade de atentar nas variáveis e dinâmicas conducentes a processos de radicalização e recrutamento, agora com o seu foco em populações mais jovens e accionados no interior dos seus próprios países de origem, onde vários ataques acabam por ser, por estes, perpetrados. Considerando a ameaça para a segurança transnacional que o terrorismo representa, e perante o cenário de retorno de indivíduos vinculados a grupos e organizações terroristas às suas nações, a Psicologia do Terrorismo acentua a sua importância, dispondo as bases para o desenvolvimento de medidas de contraterrorismo eficazes ao debruçar-se sobre a conduta, identidade e motivação daqueles que são os mártires de uns e os inimigos de outros: os terroristas.

PALAVRAS-CHAVE: Terrorismo; Psicologia; Radicalização; Recrutamento; Segurança Transnacional; Medidas de Contraterrorismo.

* Psicóloga Clínica. Membro efectivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde (Psicoterapia Cognitivo-Comportamental e Integrativa) pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. susanadslourenco@gmail.com

ABSTRACT: The evolutionary process of islamic terrorism has been witnessed internationally over the past few decades. The common denominator of the terrorist actions perpetrated by independent cells, groups, and terrorist organizations, which aim is to spread terror and to restrict human freedom, corresponds to the extensive array of dispositional and extrinsic variables that can be interpreted by social sciences, namely Psychology. Although this phenomenon represents a relatively recent threat in the European continent, there arises a need to pay increasing attention to the variables and dynamics that lead to the processes of radicalization and recruitment, which are now focusing on younger populations and being activated within their own countries, where several attacks end up taking place. Considering the fact that terrorism poses a serious threat to transnational security, and given the return of terrorists to their own nations, the Psychology of Terrorism accentuates its importance, providing the basis for the development of effective counterterrorism measures by looking at the conduct, identity and motivation of those who are considered to be both martyrs and enemies: the terrorists.

KEYWORDS: Terrorism; Psychology; Radicalization; Recruitment; Transnational Security; Counterterrorism Measures.

PRÓLOGO

O Terrorismo constitui-se hodiernamente como uma das mais sérias ameaças à segurança global, e os seus atores, na multiplicidade de motivações e papéis que encarnam, revelam-se cada vez mais diversificados. Mais do que combater o terrorismo, importa preveni-lo e, para tal, além de um trabalho de *intelligence*, importa recorrer ferramentas diversas, examinando os processos de radicalização ideológica bem como a motivação por detrás da adesão a causas violentas, de natureza criminógena e consequências extremas.

As sociedades modernas, confrontadas com o fenómeno criminal, recorrem ao conhecimento no sentido de fornecer grelhas de leitura que permitam preparar respostas suportadas pela ciência, observando a pluridimensionalidade que o crime reveste. A Criminologia, enquanto disciplina científica, constitui um campo autónomo e interdisciplinar que assenta numa matriz que agrega, em especial, as contribuições do Direito Penal, da Sociologia e da Psicologia.

Porque a dimensão impactante dos actos praticados exige um esforço de antecipação, prevenindo as causas por forma a evitar as consequências, o estudo das motivações pelas quais se comete um delito revelam-se determinantes. A Psicologia Criminal ocupa um papel decisivo na compreensão e intervenção no âmbito do fenómeno.

Este artigo corresponde a uma edição revista e consolidada de um relatório levado a cabo no âmbito da Pós-Graduação em Criminologia e Investigação Criminal da Universidade Lusófona, formação que vem merecendo o reconhecimento e o apoio (que muito cabe agradecer) da Direcção da Faculdade de Direito e da Reitoria, pelo empenho, espírito crítico e trabalho realizado.

1. INTRODUÇÃO

Ao dispor as bases para qualquer análise crítica imparcial e abrangente, a reflexão sobre a origem do fenómeno em causa deverá, invariavelmente, assinalar o ponto de partida. Assim sendo, e ao invés da formulação de hipóteses irreflectidas sobre o terrorismo que sustentem posições irredutíveis e

desprovidas de conhecimento histórico, político e científico, importa, numa primeira instância, direccionar o foco para a génese do que, actualmente, se entende por terrorismo.

A sociedade é permeável às idiosincrasias dos elementos que a integram e constituem. Como seres individuais, coexistimos e lidamos com personalidades, cognições e comportamentos distintos que, inevitavelmente, impactam as nossas experiências e a nossa consequente adaptação à atmosfera social que nos rodeia. Por esta razão, a coesão da sociedade depende directamente da multiplicidade de características que a integram e que, por sua vez, produzem resultados capazes de delinear, ainda que não na totalidade, o seu rumo.

Para além de seres humanos, somos, por natureza, seres sociais desde o momento em que nascemos, e sê-lo-emos até à nossa extinção. Desde os primeiros vínculos que desenvolvemos na infância, às relações sociais que estabelecemos e mantemos enquanto adultos, envolvemo-nos num processo permanente de socialização, incorporando as normas e os valores vigentes na nossa família, nos nossos pares e na sociedade. É precisamente através da socialização que assimilamos, aprendemos, adquirimos e desenvolvemos as ferramentas necessárias para interpretar a realidade ao nosso redor e para nos adaptarmos aos mais variados contextos. A nossa envolvência normativa neste processo de socialização permite-nos aprender a distinguir o bem do mal, o errado do certo, o verdadeiro do falso, e aquilo que é socialmente aceitável e o que é considerado desviante. Paralelamente, e no decurso deste desenvolvimento, construímos a nossa identidade. Percebemos, progressivamente, quem somos, o que queremos e para onde queremos ir.

Não obstante a influência do panorama social na construção e subsequente desenvolvimento da sua identidade, o indivíduo não se encontra condenado àquilo que o meio determina. Pelo contrário, a sua identidade e as suas características individuais aliam-se a factores extrínsecos, impulsionando a sua orientação para diferentes direcções. Assim sendo, ainda que indivíduos com identidades distintas optem por trajectórias idênticas, estas nunca serão inteiramente iguais. Do mesmo modo, indivíduos cujas identidades se assemelhem poderão não tomar as mesmas decisões e enveredar por rumos totalmente opostos – normativos, ou desviantes.

A crescente proliferação de ideologias de carácter islamista no Ocidente e a presença, cada vez mais proeminente, de ameaças e ataques terroristas em território europeu têm contribuído significativamente para a percepção de que o terrorismo já não se configura como uma ameaça unicamente externa. Pelo contrário, assiste-se, agora, à evolução da natureza endógena deste fenómeno, bem como à radicalização de civis nos seus próprios países de origem¹. Para enfrentar esta ameaça, importa atender à raiz do problema e proceder à análise profunda dos pilares que o sustentam. Fundamentalmente, quais os motivos pelos quais indivíduos provenientes de meios normativos, consistentes, e promotores de um crescimento e desenvolvimento saudáveis decidem converter-se à prática do terrorismo? Existirá um tipo de personalidade ou de perfil psicológico característico dos terroristas que seja passível de ser avaliado e que permita, ulteriormente, a identificação de potenciais recrutas, a prevenção de processos de radicalização e a preparação interna para eventuais ataques desta matriz? No fundo, quem são os terroristas, qual o seu *mindset* e por que motivo decidem adoptar tal ideologia? Por outro lado, o que acontece à população ao deparar-se com o impacto dilacerante da acção terrorista na sua pátria, vendo-se compelida a questionar a sua própria segurança? E o que acontece quando esta realidade é infligida na sociedade, repentina e forçosamente, sob a forma de destruição e perdas, proveniente de fontes e direcções imprevisíveis, e acompanhada de ameaças permanentes cujos motivos não conseguimos compreender? Hoje, sabemos a resposta: instabilidade, inquietude e medo.

2. A PSICOLOGIA DO TERRORISMO: DEFINIÇÃO, ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO E RELEVÂNCIA

Ainda que o terrorismo represente um fenómeno que remonta, pelo menos, aos tempos bíblicos, a data de 11 de Setembro de 2001 assinala o marco para a evolução da investigação científica incidente na Psicologia do Terrorismo, dado o impacto psicológico e social dos actos terroristas que serviram de foco

1 Filipa Marina Soares, “A Radicalização Salafista-Jihadista na Europa: O Caso dos Imigrantes de Segunda e Terceira Geração Conectados Com o Islão”. *PROELIUM*, 7, (2018): 87–106.

e conseqüente reflexão para a sociedade ocidental². No decurso dos anos que se seguiram, vários Estados foram forçosamente coagidos a enfrentar o terror procedente de acções terroristas, a lidar com a incerteza e volatilidade desta ameaça, e a aceitar medidas governamentais – muitas vezes intrusivas – que visavam proteger a população, tudo isto enquanto tentava compreender-se o motivo, as causas e a prontidão de determinados indivíduos para morrer e, em simultâneo, vitimar o maior número possível de civis³.

São centenas as definições que procuram descrever, com exactidão, o que é, realmente, o terrorismo, embora não exista uma que exerça o seu domínio sobre as restantes⁴. Dada a complexidade deste fenómeno, a discussão profunda sobre a miríade de factores sociais, políticos e religiosos que o sustentam representa um desafio massivo⁵. O terrorismo define-se, portanto, como a violência ou ameaça de violência física e psicológica perpetrada por indivíduos, por grupos ou por entidades financiadas pelo Estado⁶, e cuja finalidade se prende com o alcance um objectivo político, religioso ou ideológico através da intimidação e da propagação do medo⁷. No caso da corrente salafista-jihadista, por exemplo, a principal pretensão contempla a criação de uma sociedade pura que se reja pelos princípios do Corão e pelo conjunto de normas da lei islâmica, ou *sharia*⁸.

Os actos terroristas são, por sua vez, estrategicamente arquitectados com o intuito de produzir um efeito psicológico muito superior aos danos físicos e materiais causados, cultivando sentimentos de medo e de desesperança na população por forma a influenciar a sua tomada de decisão e, conseqüente-

2 Bongar, Bruce, “The psychology of terrorism: Defining the need and describing the goals,” In B. Bongar, L. Brown, L. Beutler, J. Breckenridge, & P. Zimbardo (Eds.), *Psychology of Terrorism*, (Oxford University Press, 2007), 3-12.

3 *Idem*.

4 Alex P. Schmid, *The Routledge handbook of terrorism research*, (Routledge, 2011).

5 Bongar, “The psychology of terrorism”.

6 *Idem*.

7 Post, Jerrold M., “Terrorisms and Terrorist Psychologies: An Introduction”, In J. Post (Ed.), *The mind of the terrorist: The psychology of terrorism from the IRA to Al-Qaeda*, (St. Martin's Press., 2007), 1-9.

8 Soares, “A Radicalização Salafista”.

mente, manipular o seu comportamento^{9/10}. Mais do que instrumentais, estes actos são, fundamentalmente, simbólicos¹¹. Para o terrorista, o alvo é o público, sendo este alcançado sobretudo através dos meios de comunicação social e das redes sociais. A desumanização do inimigo sustenta, facilita e promove a acção terrorista contra os seus alvos, pelo que, neste contexto, a vítima mortal representa meramente um símbolo. Assim, a violência contra as vítimas visa transmitir uma mensagem aos públicos de interesse. A aleatoriedade destes atentados – que podem atingir qualquer civil, a qualquer altura e em qualquer lugar –, e o facto de as suas vítimas se encontrarem desarmadas aquando da sua ocorrência, acaba por atrair uma atenção extrema e promover um clima demarcado pela instabilidade¹². O terrorismo não se traduz numa guerra tradicional que almeja destruir os recursos materiais da nação inimiga e, por conseguinte, conquistá-la. Pelo contrário, o terrorismo contempla acções logisticamente projectadas com o intuito de aterrorizar populações e define-se, essencialmente, pelos efeitos psicológicos que provoca¹³. A disseminação desta ameaça tem contribuído para a consciencialização de que o terrorismo tem vindo a tornar-se num fenómeno com proporções colossais e, por essa razão, urge mobilizar todos os esforços para erradicá-lo¹⁴.

Desde o atentado de 11 de Setembro de 2001 que os psicólogos têm contemplado um vasto e incontornável espectro de questões inerentes à natureza do terrorismo, aos membros destas organizações e à eficácia das estratégias de segurança, prevenção e intervenção adoptadas. Estes profissionais têm um papel, uma actuação e uma responsabilidade cruciais na compreensão, análise, intervenção, prevenção e combate do terrorismo, uma vez que os ataques e atentados reivindicados por organizações ou células terroristas

9 Moghaddam, F. M., & Marsella, A. J. (Eds.), *Understanding terrorism: Psychosocial roots, consequences and interventions*, (American Psychological Association, 2004)

10 Bongar, “The psychology of terrorism”.

11 Martins, R., *Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”*, (Instituto da Defesa Nacional, 2010).

12 Post, “Terrorisms and Terrorist Psychologies”.

13 McDermott, R., & Zimbardo, P., “The psychological consequences of terrorist alerts”, in B. Bongar, L. Brown, L. Beutler, J. Breckenridge, & P. Zimbardo (Eds.), *Psychology of Terrorism*, (Oxford University Press, 2007), 357-369.

14 McDermott & Zimbardo, “The psychological consequences”.

visam provocar efeitos psicológicos de terror e desamparo¹⁵, e que a interpretação subjectiva de valores e crenças dispõe, muitas vezes, as bases para a acção terrorista¹⁶.

De facto, quanto melhor um grupo-alvo compreender a mentalidade terrorista, maior será a sua capacidade para conceber medidas eficazes para a gestão do risco imposto pelas ameaças provenientes de células independentes e de organizações deste cariz¹⁷. Dada a crescente robustez e magnitude deste fenómeno, a contribuição dos psicólogos para o estudo do terrorismo e para a promoção de uma adaptação eficiente às consequências individuais e comunitárias que dele resultam tem, do mesmo modo, aumentado significativamente¹⁸. Em conformidade, tem sido prestada uma atenção particular aos processos sociais e psicológicos que servem de pano de fundo à acção terrorista¹⁹. Ainda assim, e apesar do esforço concretizado em prol do aumento da exploração deste fenómeno nas mais diversas áreas, ainda se constata a pouca importância atribuída ao domínio da Psicologia neste contexto. Esta lacuna científica impulsiona, inevitavelmente, a formulação de estratégias de contraterrorismo desprovidas de conhecimento concreto sobre o comportamento terrorista, ou, pior, orientada por presunções teóricas disfarçadas de factos. Investigar a mente terrorista poderá ser um passo fulcral para desvendar as bases desta conduta atípica e, idealmente, prevenir o seu impacto a nível global²⁰.

Uma compreensão ampla do terrorismo, à luz da Psicologia, inclui uma miríade de factores que deverão ser considerados *a priori* do desenvolvimento de estratégias, medidas e leis que visem a prevenção, intervenção e erradicação desta ameaça. Importa, prioritariamente, analisar a razão – ou o “porquê?” – da adesão de indivíduos a ideologias extremistas e radicais, bem

15 Moghaddam & Marsella, *Understanding terrorism*.

16 Bernholz, P., “Supreme values as the basis for terror”, *European Journal of Political Economy*, 20, (2004): 317-333.

17 Victoroff, J. “The Mind of the Terrorist: A Review and Critique of Psychological Approaches”, *Journal of Conflict Resolution*, 49(1) (2005): 3-42. <https://doi.org/10.1177/0022002704272040>

18 Crenshaw, M., “The psychology of terrorism: An agenda for the 21st century”, *Political Psychology*, 21(2), (2000): 405-420.

19 Bongar, “The psychology of terrorism”.

20 Victoroff, “The Mind of the Terrorist”.

como do seu desejo de pertencer a grupos terroristas, submetendo-se à sua retórica e adoptando o seu estilo de vida. A análise do processo de radicalização – ou o “como?” – permite, do mesmo modo, a compreensão das dinâmicas que potenciam a transição de cidadãos ocidentais para grupos terroristas e o seu envolvimento proactivo nas acções por estes orquestradas. Paralelamente, urge a necessidade de compreender as relações entre células, grupos e organizações terroristas, de modo a influenciar e destruir o seu funcionamento, almejando, efectivamente, a sua erradicação. Apenas através do conhecimento profundo do terrorismo e dos seus militantes será possível a projecção e implementação de medidas de contraterrorismo incisivas, ainda que esta tarefa represente um grande desafio para profissionais académicos, entidades governamentais e forças de segurança²¹.

Para um terrorista, a arma mais importante não é uma bomba ou uma arma de fogo, mas sim a incerteza, o medo e o alerta que os seus ataques e ameaças implantam no seu vasto leque de vítimas²². A Psicologia pode, neste sentido, contribuir para o estudo e análise das motivações terroristas e dos processos de radicalização, promover o desenvolvimento de programas inovadores de contraterrorismo a um nível tático e estratégico, interromper os esforços em prol do recrutamento de novos indivíduos, e delinear meios técnicos para detectar potenciais terroristas, como bombistas suicidas, antes da sua actuação²³.

3. O IMPACTO PSICOLÓGICO DO TERRORISMO E A INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COM VÍTIMAS DE ACÇÕES TERRORISTAS

Os actos dilacerantes cometidos a 11 de Setembro de 2001 mudaram, por completo, a percepção da sociedade sobre o impacto causado pelo terrorismo moderno. Se, nos anos 70, os terroristas declaravam “queremos muitas pessoas a ver-nos, e não muitas pessoas mortas”, esta retórica evoluiu e, no presente, o que impede os terroristas de proceder à destruição massiva de territórios

21 Soares, “A Radicalização Salafista”.

22 Bongar, “The psychology of terrorism”.

23 *Idem*.

ocidentais são factores práticos e técnicos, e não políticos ou morais²⁴. Pelo contrário, actualmente, os terroristas almejam um extenso número de baixas e um número ainda maior de cidadãos paralisados pelo medo²⁵.

Entre as lições aprendidas, a sociedade foi, aos poucos, interiorizando que a intenção estratégica do terrorismo passa por impactar, a nível psicológico, o maior número de pessoas através de ataques físicos de grande escala²⁶. Estima-se que, como consequência de um atentado terrorista, 4 a 15 vítimas de ferimentos necessitam de apoio psicológico²⁷, pelo que a proporção do impacto psicológico comparativamente aos danos físicos pode ser significativamente maior. Por exemplo, o ataque de um míssil *Scud* iraquiano em Israel, durante a Guerra do Golfo, resultou em 272 admissões hospitalares resultantes de emergências psicológicas. Por outro lado, o ataque com gás Sarin no metropolitano de Tóquio, a 20 de Março de 1995, resultou na morte de 12 pessoas e na deslocação de mais de 4000 civis a hospitais da área devido a situações de crise psicológica resultante da exposição a este evento²⁸.

Para além das perdas e da desordem provocada, o terrorismo representa um acto deliberado que tem como primordial objectivo a destruição da camada social, emocional e económica da sociedade através da disseminação do medo²⁹. Todo este clima de terror induzido poderá potenciar o alcoolismo, o abuso de drogas, o suicídio e outros comportamentos de risco, o que acaba por interferir negativamente na adesão, por parte dos civis, à intervenção disponível e facultada. Contudo, importa ressaltar que as perturbações psicológicas poderão emergir em todos os tipos de vítimas, quer directas – feridos e sobreviventes –, quer indirectas – familiares de vítimas mortais, equipas de intervenção e sociedade. O quadro clínico mais comum após um ataque

24 Merari, A., “Psychological aspects of terrorism”, In B. Bongar, L. Brown, L. Beutler, J. Breckenridge, & P. Zimbardo (Eds.), *Psychology of Terrorism*, (Oxford University Press, 2007), 111-113.

25 Bongar, “The psychology of terrorism”.

26 Bongar, “The psychology of terrorism”.

27 Robertson, M., Pfefferbaum, B., Codisotti, C.R., & Montgomery, J.M. “Integrating authorities and disciplines into the preparedness-planning process: A study of mental health, public health, and emergency management”, *American Journal of Disaster Management*, 2(3), (2007):133-142.

28 Pereira, M., “Modelos de Intervenção Psicossocial em Catástrofe”. In Ordem dos Psicólogos Portugueses (Ed.), *Intervenção Psicológica em Crise e Catástrofe*, (2015), 210-215.

29 Pereira, “Modelos de Intervenção Psicossocial”.

terrorista é a perturbação de stress pós-traumático³⁰, embora as vítimas directas de acções terroristas possam desenvolver outras perturbações, nomeadamente quadros de depressão major, perturbações de ansiedade, perturbação de pânico e agorafobia, e abuso ou dependência de substâncias³¹. Dado o carácter imprevisível da ameaça terrorista, o seu impacto a longo prazo na sociedade poderá ser muito mais acentuado do que as taxas iniciais indicam. Por exemplo, indivíduos que não tenham sido directamente expostos a um atentado, mas que consumam conteúdo inerente ao mesmo através dos meios de comunicação social e das redes sociais de forma contínua e prolongada, poderão, igualmente, desenvolver perturbações do foro mental³².

Após o atentado de 11 de Setembro de 2001, emergiu a necessidade urgente de alocar, em contextos de crise pós-ataque, psicólogos e outros profissionais de saúde mental para a intervenção psicológica junto de vítimas, familiares e profissionais intervenientes no local. Contudo, os serviços de saúde mental disponibilizados foram ineficientes e amplamente desorganizados por integrarem profissionais de saúde mental sem a formação adequada para o efeito³³. Neste sentido, e no contexto da intervenção psicológica em crise, emergência e catástrofe, os Primeiros Socorros Psicológicos foram desenvolvidos como uma alternativa ao *debriefing* psicológico, método que foi considerado prejudicial para as vítimas destes eventos, dado o *timing* desadequado da sua implementação, a sua superficialidade, a impossibilidade de escolha por parte das vítimas no que concerne à sua participação, e a sua potencial traumatização secundária – ou seja, uma nova ocorrência do processo de traumatização³⁴. Em 2010, a Organização Mundial de Saúde realizou um estudo com vista a analisar a eficiência dos Primeiros Socorros Psicológicos e do *debriefing*, tendo concluído que, aquando da exposição a um evento

30 García-Vera, M. P., Sanz, J., & Sanz-García, A., “Ten things every psychologist should know about treating psychological disorders in victims of terrorism”, *Psicothema*, 33(2), (2021): 177-187.

31 García-Vera, M. P., & Sanz, J. (2016). “Repercusiones psicopatológicas de los atentados terroristas en las víctimas adultas y su tratamiento: estado de la cuestión”, *Papeles del Psicólogo*, 37(3), (2016): 198-204.

32 Bongar, “The psychology of terrorism”.

33 *Idem*.

34 Devilly, G. J., & Cotton, P., “Caveat emptor, caveat venditor, and critical incident stress debriefing/management (CISD/M)”, *Australian Psychologist*, 39, (2004): 35-40.

potencialmente traumático, a actuação dos profissionais de saúde mental deverá ser norteadada pelos Primeiros Socorros Psicológicos³⁵, uma vez que a intervenção psicossocial adequada prestada às vítimas imediatamente após um evento desta natureza poderá não só reduzir consideravelmente a probabilidade de estas desenvolverem uma perturbação mental, como, do mesmo modo, promover a resiliência na população.

Actualmente, são várias as instituições – quer no continente europeu, quer a nível internacional – que dispõem de linhas específicas para a intervenção psicossocial em situações de emergência. Paralelamente, foi desenvolvido um conjunto de modelos para a intervenção psicológica em crise, com princípios e acções orientadoras da actuação dos profissionais no auxílio a vítimas que manifestem reacções psicológicas agudas. Um dos principais modelos de intervenção imediata em emergência psicológica foi desenvolvido por Hobfoll e colaboradores³⁶ e contempla cinco princípios nucleares que visam orientar a intervenção psicológica e a prevenção em cenários de crise, emergência e catástrofe: a promoção da segurança, a estabilização emocional, o reforço da sensação de eficácia da comunidade, o apoio na conexão à rede de suporte e a transmissão de esperança. Por outro lado, o modelo dos Primeiros Socorros Psicológicos, desenvolvido por Brymer e colaboradores³⁷, almeja minimizar o *distress* inicial consequente de um evento potencialmente traumático e promover mecanismos de *coping* adaptativos a curto e médio prazo. Os seus princípios orientadores são o estabelecimento do contacto e da relação empática com a vítima, a transmissão de segurança e de conforto físico e emocional, a recolha de informação necessária, a identificação de necessidades imediatas, a estabilização emocional, a assistência prática, a conexão às redes de suporte social, a apresentação de informação sobre as reacções de stress perante eventos potencialmente traumáticos, e, por fim, a referenciação

35 Pereira, “Modelos de Intervenção Psicossocial”.

36 Hobfoll, S. E., Watson, P., Bell, C. C., Bryant, R. A., Brymer, M. J., Friedman, M. J., et al. “Five essential elements of immediate and mid-term mass trauma intervention: Empirical evidence”, *Psychiatry*, 7, (2007): 283-315.

37 Brymer, M., Jacobs, A., Layne, C., Pynoos, R., Ruzek, J., Steinberg, A., et al, *Psychological First Aid: Field operations guide*. 2nd ed., (Los Angeles: National Child Traumatic Stress Network and National Center for PTSD, 2006)

a serviços úteis³⁸. O modelo dos Primeiros Socorros Psicológicos³⁹ postula que nem todas as vítimas destes eventos desenvolvem quadros de perturbação mental ou experienciam dificuldades na sua recuperação psicológica após a exposição aos mesmos. Ainda assim, este modelo atribui elevada importância ao suporte imediato aquando do momento de crise, por estipular que as vítimas e outros intervenientes afectados pelo evento podem experienciar reacções físicas, psicológicas e/ou comportamentais, e que algumas destas reacções agudas poderão ter como consequência um *distress* que, inevitavelmente, interferirá com o *coping* adaptativo e com a sua recuperação normativa. Neste sentido, em cenários de catástrofe causados por ataques de índole terrorista, a intervenção psicológica com recurso ao modelo dos Primeiros Socorros Psicológicos⁴⁰ poderá mitigar o aparecimento e consequente desenvolvimento de perturbações do foro mental, bem como de dificuldades na recuperação psicológica a longo prazo.

Para além da intervenção numa fase precoce, e uma vez que a população afectada necessitará de um apoio mais prolongado após a ocorrência de ataques terroristas e que as intervenções a nível comunitário têm um propósito particularmente importante numa fase posterior a estas ameaças⁴¹, revela-se crucial a criação atempada de estruturas de suporte psicossocial duradouras por forma a assegurar a prestação deste auxílio sempre que necessário⁴². Neste contexto, a partilha de informação exacta e adequada representa uma das ferramentas mais eficazes, uma vez que direcciona a população para a sobrevivência adaptativa, diminuindo os níveis de ansiedade dos sobreviventes e promovendo a união e a esperança da comunidade⁴³. Por outro lado, é essencial proteger a população de medidas de contraterrorismo injustificadas e imprudentes, delinear estratégias

38 Pereira, "Modelos de Intervenção Psicossocial".

39 Brymer et al., *Psychological First Aid*.

40 Brymer et al., *Psychological First Aid*.

41 Ben-Gershon, B., Grinshpoon, A., & Ponizovsky, A., "Mental Health Services. Preparing for the Psychological Consequences of Terrorism", *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 10(3), (2005): 743-753.

42 Ruzek, J. I., Maguen, S., & Litz, B. T., "Evidence-Based Interventions for Survivors of Terrorism", in Bongar, B. M., Brown, L. M., Beutler, L. E., Breckenridge, J. N., & Zimbardo, P. G. (Eds.), *Psychology of terrorism*, (Oxford, New York: Oxford University Press, 2007), 247-272.

43 Pereira, "Modelos de Intervenção Psicossocial".

para limitar a radicalização e o recrutamento no seu interior, e promover a sua resiliência. No núcleo desta resiliência intracomunitária encontram-se as relações sociais com maior significado, pelo que as estratégias que propõem aumentá-la deverão não só aproveitar e aprimorar estes laços, como, do mesmo modo, promover parcerias saudáveis entre entidades governamentais e membros da comunidade que, por sua vez, poderão facultar a criação de sistemas de alerta precoces para a prevenção do extremismo violento⁴⁴.

4. EXPLICAÇÃO PSICOLÓGICA PARA O TERRORISMO E O PROCESSO DE RADICALIZAÇÃO

A ideia de que uma ameaça terrorista tem início no planeamento de um ataque encara-se, actualmente, como obsoleta. Com o progresso da investigação científica neste domínio, hoje, o processo de radicalização – isto é, o momento em que um indivíduo decide adoptar ideologias extremistas, vincular-se a organizações terroristas e perpetrar acções de carácter radicalista – assume-se como o ponto de partida de qualquer ameaça. Assim, o foco nas dinâmicas que impulsionam e sustentam o processo de radicalização de civis configura-se como o início para a compreensão da amplitude de variáveis que servem de pano de fundo à acção terrorista⁴⁵.

A integração em grupos e a necessidade de obter um sentido de pertença aquando da inserção nos mesmos é transversal à nossa existência. As conexões e as relações sociais permitem a partilha de experiências e perspectivas, o desenvolvimento de visões e percepções do mundo, e a adopção de narrativas. Toda esta multiplicidade de interações intragrúpis pode favorecer a criação de laços coesos. Por outro lado, pode também criar ou acentuar divisões entre “nós” e os “outros”, ou seja, entre aqueles com quem nos identificamos e aqueles que não pertencem ao nosso grupo⁴⁶. As conexões sociais que esta-

⁴⁴ Ellis, B. H., & Abdi, S., “Building community resilience to violent extremism through genuine partnerships”, *American Psychologist*, 72(3), (2007): 289-300. <https://doi.org/10.1037/amp0000065>.

⁴⁵ Soares, “A Radicalização Salafista”.

⁴⁶ Tajfel, H. (1974). “Social identity and intergroup behaviour”, *Social Sciences Information. Information Sur Les Sciences Sociales*, 13(2), (1974): 65-93.

belece na nossa vida são fulcrais para o processo de aprendizagem sobre quem somos e, por conseguinte, sobre quem somos em relação aos outros; sobre, portanto, a nossa identidade social.

De acordo com a Teoria da Identidade Social (TIS)⁴⁷, a relação entre o indivíduo e o grupo ao qual pertence impacta as suas percepções, os seus comportamentos e a sua auto-imagem. Este impacto, quer positivo quer negativo, depende, em parte, das conquistas do seu grupo e das comparações que o próprio estabelece entre o mesmo e grupos exteriores. Por sua vez, tais comparações influenciam a sua percepção em relação aos outros membros do seu grupo, pelo que, à medida que é realizada uma análise em busca de factores que diferenciam “nós” e “os outros”, a necessidade de uma identidade social positiva conduz o indivíduo a avaliações que são intrinsecamente a favor do próprio grupo e discriminatórias para com grupos exteriores.

Enquanto um grupo com um valor positivo para o próprio poderá suscitar sentimentos como a alegria e o orgulho, um grupo com um valor negativo poderá, pelo contrário, despertar sentimentos de insegurança e ansiedade que, por conseguinte, influenciam não apenas a forma como o indivíduo se percebe a si próprio enquanto parte do grupo, mas também como avalia os seus parceiros e como se relaciona com membros que não pertencem ao mesmo⁴⁸. Neste contexto, importa compreender que, apesar de pertencermos a grupos que são puramente funcionais e emocionalmente irrelevantes – como, por exemplo, um programa de fidelização de um ginásio –, outros grupos poderão ter tamanha importância para nós próprios que acabam por tornar-se parte da nossa identidade. Por outras palavras, quem somos, enquanto grupo, torna-se parte de quem sou, enquanto pessoa.

A TIS rejeita a desindividuação, ou seja, a tese de que, no momento em que um indivíduo se encontra envolvido num grupo, abandona o seu *self* racional e se torna numa vítima de uma irracionalidade colectiva⁴⁹. Pelo contrário, a TIS postula que os indivíduos pertencentes a um determinado grupo são capazes de pensar e agir quer de modo individual e independente, quer enquanto membros do mesmo. Contudo, a desindividuação tem sido o foco

⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁸ *Ibidem.*

⁴⁹ *Ibidem.*

de outras investigações inerentes aos fenómenos do terrorismo e do extremismo violento, que, pelo contrário, assumem que um indivíduo, quando radicalizado, irá quase sempre adoptar e identificar-se com a narrativa colectiva de um grupo que sustente a sua evolução em direcção à acção violenta em detrimento dos seus pensamentos ou ideias individuais⁵⁰.

Aqui, a TIS surge como um modelo fundamental que almeja compreender a origem, a manutenção, a mobilização e a manipulação da identidade social, e que analisa questões como os motivos que originam o desenvolvimento de um grupo, de onde provêm os seus ideais, e de que modo as suas narrativas surgem e evoluem⁵¹. É precisamente através da TIS que é possível conceptualizar, de forma precisa, as relações intra e intergrupais, e identificar o que realmente importa para um grupo e para os indivíduos que o constituem. Assim, a importância destes dados assenta na possibilidade de poderem servir de base para o desenvolvimento de medidas de contraterrorismo abrangentes e incisivas, e minimizar os riscos de acções que, inadvertidamente, reforçam as identidades dos membros pertencentes a grupos e organizações terroristas, as suas narrativas e os processos de radicalização de novos elementos. Complementarmente, as hipóteses propostas pela TIS sobre as dinâmicas motivacionais para a identificação com um determinado grupo podem auxiliar a identificação e a compreensão das condições que se encontram na base do compromisso de certos indivíduos para com grupos ou causas terroristas, e que os levam a imergir-se numa identidade social particular e internalizar uma visão do mundo tão extremista e desviante.

Para um grupo ou organização terrorista, as normas são das maiores fontes de influência, e alguns membros interiorizam-nas mais seriamente do que outros. Enquanto que um membro poderá estar a tentar descobrir comportamentos e normas apropriadas ao grupo que sejam consistentes com a sua identidade, outro membro, considerado como o membro prototípico, poderá personificá-las por completo e servir de referência para todos os que ainda se encontram em fase de descoberta, atribuindo-lhe maior influência⁵².

50 Berger, J. M., *Extremism*, (MIT Press, 2018).

51 Tajfel, "Social identity".

52 Hogg, M. A., "Social Identity Theory", in P. J. Burke (Ed.), *Contemporary social psychological theories*, (Stanford University Press, 2006), 111-136.

Como tal, os membros prototípicos tendem a ocupar papéis de liderança, demarcados, em parte, pela autoridade para estabelecer e controlar as normas internas do grupo⁵³.

A retórica representa, do mesmo modo, um elemento nuclear na dinâmica interna do grupo. A sua utilização, com sucesso, poderá levar uma audiência a atingir o estado de identificação com o orador, pelo que esta pode ser entendida como um instrumento de poder e autoridade através do qual o orador ganha ou aumenta o controlo sobre um determinado ambiente político⁵⁴. Sob a influência da retórica, crentes convictos não escrutinam argumentos provenientes da oposição. Pelo contrário, quando confrontados com provas que disputam as suas crenças, questionam a sua credibilidade, descartam a sua relevância, ou distorcem-nas para que se encaixem nas suas perspectivas⁵⁵.

Entende-se por grupos todas as categorias que são representadas mentalmente como protótipos, ou seja, conjuntos de atributos inter-relacionados – atitudes, comportamentos, valores e costumes –, e que resultam em semelhanças intragrupais e em diferenças intergrupais⁵⁶. Perante uma categorização claramente definida entre “o que nós somos” e “o que eles são”, os indivíduos internalizam os traços gerais do grupo ao qual pertencem como parte da sua identidade social. Sendo a autocategorização um mecanismo importante que promove a validação da visão do mundo do próprio e o seu autoconceito, a integração num grupo percebido como positivo promove um sentido de pertença, propósito e direcção. Em situações de conflito, esta perspectiva pode conduzir a uma desumanização que facilita, directamente, a violência para com “os outros”. Os protótipos representam algo sobre o que alguém é (por exemplo, “o João é polícia”) e transmitem ao grupo formas adequadas de pensar e de sentir sobre esses indivíduos (por exemplo, “nós odiamos a polícia”) e sobre o comportamento a adoptar para com os mesmos (por exemplo, “devemos matar a polícia”). Por sua vez, esta narrativa interna do grupo apresenta uma justificação para o protótipo (por exemplo, “a polícia representa

53 Hogg, “Social Identity Theory”.

54 Strindberg, A., *Social Identity Theory and the Study of Terrorism and Violent Extremism*, 2020.

55 Bandura, A., “Mechanisms of moral disengagement”, in *Insurgent Terrorism*, (Routledge, 2017), 85-115.

56 Hogg, “Social Identity Theory”.

fascismo e oprime a nossa comunidade”). Entretanto, o João, enquanto ser humano individual, desapareceu. Portanto, esta autocategorização poderá não só transformar a visão que o sujeito tem de si próprio e dos outros, mas também motivar comportamentos e acções para com terceiros⁵⁷.

O extremismo violento pode ser entendido como a crença de que a sobrevivência de um grupo é indissociável da necessidade de acções violentas para com um outro grupo exterior, podendo estas variar desde ataques verbais, denegrição através de simbolismos nas redes sociais, discriminação e marginalização, até ao homicídio e ao terrorismo⁵⁸. As narrativas colectivas dos grupos de extremismo violento podem emergir de quaisquer sistemas de crenças, não se encontrando directamente interligadas a um tipo particular de ideologia ou de religião, mas sim ao modo como o grupo organiza as suas crenças sobre os seus próprios membros e sobre as suas relações com grupos exteriores. No seu cerne, as ideologias providenciam um significado colectivo e atribuem uma forma e uma direcção específica à acção violenta. Determinadas perspectivas sobre o mundo poderão ser alvo de interpretações mais violentas. Contudo, não são a sua causa. Quando uma ideologia é integrada na narrativa colectiva de um grupo ou adoptada pelo mesmo, que conecta o seu bem-estar à violência perpetrada contra um grupo exterior, tal é precedido pela formação de um grupo, pela identificação de um grupo externo como inimigo, e pela categorização social em “nós” e “os outros”. A identidade de grupo estabelece, portanto, as linhas para a batalha⁵⁹.

Uma vez que os terroristas vinculam um grupo exterior a uma crise e relacionam o seu próprio grupo à solução para enfrentá-la, emerge uma tendência para, do mesmo modo, avaliar o grupo externo como uma ameaça e perceber o seu próprio grupo como vulnerável à mesma. Esta análise é impulsionadora do recrutamento e da mobilização de mais membros, por forma a manter o equilíbrio entre a ameaça percebida e a solução interna⁶⁰.

Todavia, existem outros motivos que promovem e sustentam a pertença a um grupo terrorista que não se relacionam com a identificação social,

57 Strindberg, *Social Identity Theory*.

58 Berger, *Extremism*.

59 Strindberg, *Social Identity Theory*.

60 *Ibidem*.

como a pobreza, a manipulação, o engano, ou a simples procura de entusiasmo. No caso de um grupo terrorista que recorra à manipulação por forma a recrutar e reter novos membros, a lacuna criada pela ausência de identificação social por parte destes indivíduos para com o grupo constitui uma fraqueza e provoca tensão interna, afectando negativamente o seu equilíbrio. Os casos dos terroristas estrangeiros que, ao serviço do ISIS, pretendem regressar aos seus países de origem podem representar situações de disrupção da coesão intragrupal. Por forma a evitá-las, a liderança dos grupos e organizações deverá promover a homeostase do grupo e protegê-lo desta ameaça interna através de medidas compensatórias e/ou punitivas. Considere-se, contudo, que este equilíbrio não é impactado quando o recrutamento visa apenas angariar um indivíduo para uma missão única – denominado de lobo solitário –, sendo este encarado como uma célula independente, ainda que vinculada a uma rede de maior escala.

A baixa auto-estima – causada por factores como a marginalização, a discriminação, a opressão e perdas significativas – motiva a identificação com um grupo e a adopção de um comportamento prototípico⁶¹, encontrando-se, igualmente, na base da polarização entre o grupo interno – “nós” – e o grupo externo – “os outros”. Por outro lado, quanto maior for a incerteza de um indivíduo em relação ao seu autoconceito, maior será a sua ambição para pertencer a grupos que a reduzam⁶². Em circunstâncias extremas, estes grupos podem ser ortodoxos e radicais, possuir ideologias e sistemas de crenças fechados, e manter estruturas autoritárias e uma liderança hierárquica⁶³. Assim, quanto mais fechado e restrito for o grupo, e quanto mais absoluta for a categorização entre “nós” e “eles”, menor será a ambiguidade permitida pelo mesmo. Esta inflexibilidade tem, claramente, um impacto flagrante em como os seus membros processam a informação sobre o grupo exterior, em como a sua narrativa se desenvolve, em como os próprios adoptam e internalizam essa narrativa, e em como o grupo aborda a resolução de conflitos. Recorde-se o caso marcante de duas jovens austríacas, de 14 e 16 anos de idade, que, em 2015, foram mortas a golpes de martelo por membros do autoproclamado

61 *Ibidem*.

62 Hogg, “Social Identity Theory”.

63 Strindberg, *Social Identity Theory*.

Estado Islâmico ao tentar fugir de Raqqa. Ambas as jovens teriam desaparecido de casa dos pais um ano e meio antes para combater pelo Islão, deixando uma mensagem: “Partimos para a Síria com o objectivo de combater pelo Islão; reencontramo-nos no paraíso.”⁶⁴

Os adolescentes ou jovens adultos que se encontram em pleno desenvolvimento da sua identidade, muitas vezes influenciado pela incerteza e ansiedade sobre quem são e sobre quem querem ser, poderão ser mais vulneráveis a influências conducentes à radicalização. Para que este processo se inicie, é necessário que exista uma confrontação entre o indivíduo e uma alternativa violenta no momento certo, nomeadamente quando este se encontra activamente à procura de uma solução para a sua situação de vida, percebida, pelo próprio, como injusta⁶⁵. No caso do terrorismo salafista-jihadista, o processo de radicalização pode ser repartido em quatro fases distintas: a pré-radicalização – o ponto de partida da trajectória, anterior à adopção da ideologia extremista –, a auto-identificação – a altura em que o indivíduo inicia a exploração do Islão radical, distanciando-se progressivamente da sua própria identidade e redefinindo-a de acordo com os valores e crenças do mesmo –, a doutrinação – o momento de intensificação ideológica, no qual o indivíduo adota inteiramente a doutrina islamista e crê que a sua acção representa o meio para sustentá-la – e, por último, a jihadização – a fase final do processo, na qual tem início o envolvimento e a actuação do indivíduo na *jihad*⁶⁶.

A internet tem funcionado como catalisador de um sentido de união e de comunidade entre desconhecidos, independentemente dos obstáculos geográficos, físicos, sociais e psicológicos que se interpõem entre estes indivíduos⁶⁷. Por este motivo, as organizações terroristas e de extremismo violento têm sido capazes de criar grupos virtuais na internet com maior facilidade e rapidez, nos quais partilham as retóricas de radicalismo consumidas e internalizadas pelos seus ávidos seguidores. Um *seeker* – isto é, um indivíduo que se encontre em fase de contemplação relativamente à adopção da ideo-

64 *Jovem austríaca morta à martelada por membros do EI*. (2015, 26 de Novembro). SÁBADO. <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/jovem-austríaca-morta-a-martelada-por-membros-do-ei>

65 Strindberg, *Social Identity Theory*.

66 Soares, “A Radicalização Salafista”.

67 Strindberg, *Social Identity Theory*.

logia extremista de um grupo – poderá envolver-se na perspectiva desviante presente neste conteúdo digital e adoptar a narrativa do grupo terrorista inteiramente sem o seu conhecimento. Recorde-se, aqui, o ataque perpetrado por Omar Mateen no clube nocturno *The Pulse*, em Orlando, Flórida, que resultou na morte de 49 civis e em 58 feridos⁶⁸. Momentos antes do ataque, Omar Mateen jurou a sua lealdade ao Estado Islâmico. Contudo, julga-se que este indivíduo nunca teve qualquer relação directa com tal organização, pelo que a exposição a mensagens salafistas sem contacto activo com os seus integrantes parece ter sido o factor desencadeador da sua autocategorização, bem como o motivo pelo qual internalizou, adoptou e agiu de acordo com a narrativa da mesma⁶⁹.

O modelo *Staircase To Terrorism*⁷⁰ apresenta uma compreensão mais ampla e profunda do processo psicológico que conduz o indivíduo ao terrorismo. Este paradigma conceptualiza uma escada com seis degraus, sendo a acção terrorista a etapa final da progressão na mesma:

1. **Rés-do-chão.** No nível do rés-do-chão, o indivíduo manifesta abertura à ideologia decorrente da procura activa da sua identidade. Aqui, as percepções de justiça e de equitatividade representam variáveis determinantes para a reflexão sobre as condições materiais da sociedade, pelo que o indivíduo poderá percepcionar que o próprio e o grupo ao qual pertence, seja este étnico, religioso, político ou profissional, não usufruem das mesmas vantagens e privilégios que outros grupos. A sensação de incapacidade para influenciar a situação através de meios legítimos pode, efectivamente, impulsionar a subida para o primeiro degrau da escada em busca de soluções. Ainda que a maioria da população permaneça ao nível do rés-do-chão mesmo quando se sente tratada de forma injusta, outros indivíduos sobem para os patamares seguintes, potenciando o seu recrutamento por parte de grupos e organizações terroristas – quer como intervenientes activos na sua actividade, quer como

68 *Orlando gay nightclub shooting: Who was Omar Mateen?* (2016, 14 de Junho). BBC News. <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-36513468>

69 Strindberg, *Social Identity Theory*.

70 Moghaddam, F. M., "The staircase to terrorism: A psychological explanation", *American Psychologist*, 60(2), (2005): 161-169.

células independentes a activar quando necessário. Ao acreditar que não têm uma voz activa na sociedade, estes indivíduos são encorajados pelos líderes das organizações a alocar a sua revolta e agressividade para grupos externos.

2. *Primeiro degrau.* Posteriormente, no primeiro degrau do modelo, existe uma perda significativa de esperança. Neste nível, o progresso do indivíduo até ao degrau seguinte poderá ser impedido pelo acesso a meios legítimos que influenciem positivamente a situação do grupo e que permitam abordar, de forma válida, a injustiça sentida, como processos judiciais ou democráticos. Caso estas opções não se encontrem disponíveis, o crescimento progressivo do sentimento de injustiça poderá impulsionar a passagem para o degrau seguinte.

3. *Segundo degrau.* Por sua vez, o segundo degrau contempla a interiorização de uma ideologia radical, uma vez que alguns indivíduos consideram que as injustiças das quais são alvo não podem ser solucionadas através de meios legítimos, originando uma nova moralidade e culpabilizando um grupo externo pela situação. Ao enfatizar a sua oposição face ao grupo externo e ao avaliá-lo como favorecido, desenvolvem o conceito de “nós contra eles” e justificam a utilização da violência como algo moralmente aceitável.

4. *Terceiro degrau.* O terceiro degrau contempla a adopção de comportamentos desviantes, o isolamento e a revolta para com grupos externos, tudo isto enquanto o indivíduo continua a viver em comunidade. É precisamente neste patamar que se desenvolve, progressivamente, o compromisso moral com uma organização terrorista, uma vez que o próprio é levado a acreditar que todos os meios são válidos para alcançar uma sociedade justa e ideal, interiorizando a crença de que a acção terrorista representa uma solução fundamentada e aceitável para um fim necessário.

5. *Quarto degrau.* O recrutamento para grupos e organizações terroristas ocorre no penúltimo e quarto degrau. Neste nível avançado da progressão, a probabilidade de detecção do indivíduo e de intervenção por parte da comunidade torna-se praticamente inexistente, resultando, portanto, num aumento significativo do risco da ocorrência de ataques terroristas no seu interior. Os elementos independentes ou membros de grupos de índole terrorista acabam por agir de forma discreta, preparando ataques e ameaças, expressando ódio contra os seus opositores e percebendo a organização

ou o grupo ao qual pertencem como legítimo. Aqui, o compromisso para com a organização terrorista é fortalecido à medida que o novo recruta é integrado nas suas tradições, métodos e objectivos.

6. *Quinto degrau.* Por fim, no quinto degrau, o indivíduo, agora um lobo solitário ou membro de um grupo organizado, categoriza os restantes membros da sociedade como “os outros” e entende a violência que lhes é direccionada como justificável. Estes actos terroristas são perpetrados através do evitamento dos mecanismos normativos inibitórios que impedem o prejuízo para com terceiros – como a empatia –, pelo que a velocidade com que um acto terrorista é perpetrado impede o estabelecimento de qualquer ligação emocional com as suas vítimas, e fomenta a ideia, no próprio, de que esta acção será cometida contra uma população inimiga.

Sendo o *Staircase To Terrorism*⁷¹ um modelo que contempla patamares progressivamente mais elevados, o motivo de um indivíduo permanecer num degrau específico depende, directamente, de tudo aquilo que o mesmo apresenta e disponibiliza. Metaforicamente, a importância da situação não assenta no número de degraus, mas sim na forma como o indivíduo percepção a escada e o que vai encontrando ao subi-la. À medida que o indivíduo avança, percepção cada vez menos opções, até que a única e última escolha disponível seja a destruição dos outros, do próprio, ou de ambos.

5. PREVENÇÃO DO TERRORISMO

Para o domínio científico da Psicologia, a prevenção é a solução a longo prazo para enfrentar o terrorismo moderno⁷². Assim, para cada Estado, deverá encarar-se como impreterível o desenvolvimento e a implementação de medidas de carácter preventivo, dada a vulnerabilidade universal a acções de índole terrorista de uma magnitude ainda maior do que a tragédia de 11 de Setembro de 2001. Em alguns países islâmicos, como o Paquistão, o Egipto e o Afeganistão, tem sido possível verificar a regressão progressiva da democra-

71 Moghaddam, “The staircase to terrorism”.

72 *Ibidem.*

cia, constatando-se, como consequência, a crescente insatisfação da população que, à luz do modelo *Staircase To Terrorism*⁷³, se encontra ao nível do rés-do-chão, pronta para subir os degraus subsequentes. Se não podem vencer o ISIS, muitos civis irão, seguramente, juntar-se a ele. Neste sentido, a mensagem da Psicologia deve ser apresentada de forma clara: sob certas condições, determinados indivíduos serão mais susceptíveis de ser persuadidos a prejudicar os outros e, do mesmo modo, a prejudicar-se a si próprios⁷⁴. Enquanto as condições da sociedade forem percebidas como injustas pela maioria da população, alguns indivíduos serão influenciados a subir um ou vários degraus da escada. Urge, neste sentido, a necessidade de melhorar as condições do rés-do-chão por forma a minimizar a passagem de indivíduos para os patamares seguintes e, por conseguinte, mitigar – ou, idealmente, erradicar – a prática do terrorismo. Por forma a neutralizar a ameaça terrorista e minorar o seu impacto na segurança interna de cada país, todas as estratégias a longo prazo deverão ser invariavelmente complementadas por medidas de carácter mais imediato, cujo foco incida nos civis que já subiram ao topo das escadas e que são agora considerados terroristas convictos.

À medida que se sobe os degraus, a categorização do mundo em “nós” e “os outros”, nas forças do bem” e nas “forças do mal”, torna-se cada vez mais proeminente e rígida. O desafio será, portanto, prevenir que este estilo de categorização inflexível – que apenas fortalece as perspectivas fundamentalistas e aumenta a probabilidade de mais indivíduos subirem os degraus, convertendo-se ao terrorismo – se torne na norma vigente no patamar inferior, no qual se situa a maioria da população. Este paradigma requer, evidentemente, uma mudança drástica a nível político num número considerável de países, nomeadamente no Ocidente e não apenas em países muçulmanos, uma vez que, na Europa, as populações desfavorecidas – incluindo comunidades de migrantes – são votadas ao abandono e à indiferença por parte da sociedade e, sobretudo, dos Estados. A negligência que se tem constatado no que concerne à integração de certas comunidades no continente europeu, nomeadamente de comunidades muçulmanas – processo este que deve ser orientado condigna e prudentemente por todas as entidades responsáveis –, resulta

73 *Ibidem*.

74 Moghaddam, “The staircase to terrorism”.

na sua concentração em enclaves étnicos⁷⁵, sendo esta situação de vulnerabilidade aproveitada pelos grupos e organizações terroristas para introduzir o jihadismo como o meio para lutar contra todos aqueles que potenciam a sua opressão e a injustiça que sentem⁷⁶. Ainda assim, factores de risco como a pobreza e a alienação não condenam o indivíduo à radicalização, pelo que não deverão ser, do mesmo modo, considerados como obstáculos que legitimam a sua integração em organizações terroristas e a sua participação em acções desta natureza. Investigações recentes neste domínio têm comprovado de forma consistente que, de um modo geral, os terroristas possuem níveis de educação semelhantes ou superiores aos dos restantes elementos do meio do qual provêm, meio este propício à sua integração favorável na sociedade⁷⁷. Assim, visando a fortificação de uma visão do mundo comum sobre a justiça, os direitos e os deveres do cidadão, deverão ser implementadas medidas que promovam a objectividade e as compreensões partilhadas dentro e entre culturas⁷⁸.

Importa, acima de tudo, fortalecer o sentido de pertença e criar oportunidades para a população jovem, por forma a combater o sentimento de anomia que se instala numa expressiva franja da sociedade. No seu cerne, o terrorismo representa um problema moral que assenta em bases psicológicas, pelo que o desafio passa por prevenir que jovens insatisfeitos e que outros membros da sociedade se envolvam na moralidade de organizações terroristas. As medidas implementadas, até ao momento, na tentativa de monitorizar e erradicar este fenómeno, correspondem a estratégias de curto prazo norteadas por interesses políticos e não por evidências apuradas com recurso aos mais diversos contributos científicos. Por outro lado, o foco destas medidas tem sido, em grande escala, o número de indivíduos que já se situa no último degrau da escada, altamente comprometido com a organização à qual pertence e pronto para executar actos terroristas. Todavia, as medidas concebidas para

75 Anspaha, K., *The Integration of Islam in Europe: Preventing the radicalization of Muslim diasporas and counterterrorism policy*. Fourth Pan-European Conference on EU Politics: Universidade da Letónia, Riga, 2008.

76 Khosrokhavar, F. (2009). Jihadism in Europe and the Middle East. *Islamism as Social Movement*, 37-44.

77 Atran S., "Genesis of Suicide Terrorism", *Science*, 299, (2003): 1534-1539.

78 Moghaddam, "The staircase to terrorism".

abordar esta ameaça não consideram a sua questão nuclear, emergindo, desta forma, a necessidade de delinear princípios orientadores que visem auxiliar a compreensão do modo como a população percebe a justiça e as oportunidades que lhe são apresentadas, e de como é altamente influenciada pelos seus líderes a identificar a fonte dos seus problemas como extrínseca e, consequentemente, a orientar a sua revolta para com grupos externos.

6. CARACTERIZAÇÃO PSICOLÓGICA DOS TERRORISTAS

Na sequência das sucessivas ameaças terroristas em territórios ocidentais e da subsequente adaptação das suas populações a uma nova realidade, a sociedade tem vindo a adoptar e a incorporar no seu discurso a premissa que estipula que os indivíduos que cometem, deliberadamente, actos terroristas, deverão ser, certamente, loucos fanáticos. Contudo, a investigação desenvolvida no âmbito da Psicologia do Terrorismo tem enveredado por ramificações distintas e contrárias a esta concepção. Actualmente, a comunidade científica defende que a característica mais comum aos terroristas, a nível demográfico, é a sua normalidade dentro do ambiente no qual se inserem⁷⁹. O vasto leque de avaliações críticas efectuadas por psicólogos demonstra, efectivamente, a pouca validade em explicações para o terrorismo que assumam um nível elevado de psicopatia entre os terroristas⁸⁰, ou que estipulem que estes provêm exclusivamente de meios economicamente desfavorecidos ou que têm níveis de escolaridade mais baixos⁸¹. Apesar dos sérios esforços realizados em prol do *profiling* de terroristas e da identificação de factores demográficos e socioeconómicos associados a esta ameaça, parece predominar o consenso de que não existem traços psicológicos individuais que distingam os terroristas da restante população geral⁸².

79 Strindberg, *Social Identity Theory*.

80 Ruby, C. L., "Are terrorists mentally deranged?" *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 2(1), (2002): 15-26.

81 Atran, "Genesis of Suicide Terrorism".

82 Horgan, J. G., "Psychology of terrorism: Introduction to the special issue", *The American Psychologist*, 72(3), (2017):199-204.

As inferências que reduzem o terrorismo a, unicamente, factores intrapessoais e disposicionais são, na sua génese, demasiado simplistas. Por outro lado, as explicações que recorrem somente à Psicologia Individual são insuficientes para compreender os motivos pelos quais certos indivíduos decidem converter-se a ideologias extremistas e a colaborar em práticas de índole terrorista, pelo que os conceitos de “anormalidade” ou de “psicopatologia” não se consideram úteis ou pertinentes aquando da análise deste fenómeno. Pelo contrário, a Psicologia Organizacional e Social, com a sua ênfase particular na identidade colectiva, apresenta uma estrutura mais convidativa para o estudo das motivações e da conduta dos membros de grupos e organizações terroristas⁸³.

Ainda que indivíduos com perturbações psicológicas possam cometer actos terroristas em nome de um grupo, organização ou causa, quadros de psicopatologia severa são incompatíveis com a pertença a um grupo ou organização terrorista dada a filtragem, prévia à sua integração, de indivíduos psicologicamente instáveis por representarem um risco para a segurança intragrupal⁸⁴. Na sua grande maioria, os terroristas não são irracionais, apesar de os actos por si cometidos se situarem, no mínimo, no extremo da escala de perversão⁸⁵. Ainda assim, e neste contexto, os factores inerentes às dinâmicas de grupo acabam por desempenhar um papel muito mais significativo comparativamente aos factores internos. A investigação desenvolvida até ao momento no âmbito da Psicologia do Terrorismo determina que não existe um perfil psicológico específico aos terroristas, nem uma condição psicopatológica única associada a este fenómeno⁸⁶. Existe, pelo contrário, uma grande pressão política para definir o comportamento terrorista como resultado de psicopatologia⁸⁷. Não obstante o clima político em torno desta matéria, tem sido cada vez mais comprovado que não existem evidências concretas

83 Horgan, J. G., & Taylor, M. (2011). Disengagement, De-radicalization and the Arc of Terrorism: Future Directions for Research. In Coolsaet, R. (Ed.), *Jihadi Terrorism and the Radicalization Challenge*.

84 Post, “Terrorisms and Terrorist Psychologies”.

85 Horgan, “Psychology of terrorism”.

86 Bongar, “The psychology of terrorism”.

87 Crenshaw, M., “The psychology of terrorism: An agenda for the 21st century”, *Political Psychology*, 21(2) (2000): 405-420.

de que os terroristas sofram de quadros significativos de psicopatologia, sendo esta conclusão suportada pelo vasto número de entrevistas conduzidas a terroristas – quer inseridos no sistema prisional, quer integrados nas suas próprias comunidades⁸⁸ –, uma vez que os dados obtidos através deste método são incompatíveis com qualquer perturbação que conste no *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Health Disorders*.

As caracterizações populares, em vários países e em contextos políticos, descrevem os terroristas como indivíduos mentalmente afectados e altamente dependentes da sua psicopatologia, nomeadamente da psicopatia⁸⁹. A psicopatia, condição vinculada à perturbação de personalidade anti-social, caracteriza-se por elevados níveis de impulsividade, agressividade e manipulação. Ainda que se constate a forte presunção popular de que os terroristas são claramente psicopatas aquando da discussão sobre a sua psique, é necessário ter em consideração que indivíduos que expressam um conjunto de traços, comportamentos e sintomatologia específica congruentes com um quadro de psicopatia, manifestam, também, um défice a nível social e moral. O incumprimento das regras que lhes são impostas, o desrespeito pelo bem-estar de terceiros e a incapacidade de sentir remorsos quando infligem danos são alguns dos padrões manifestados por estes indivíduos⁹⁰. Atendendo à escassez de empatia e afecto pelos outros, bem como ao comportamento agressivo, violento, imprudente e manipulador característico desta condição, existe uma tendência – ainda que errónea – de explicar o terrorismo como consequência da psicopatia. A questão que aqui se sobrepõe assenta no facto de que a homeostase dos grupos e organizações terroristas, bem como o compromisso e a confiança predominantes entre os seus membros, acaba por ser radicalmente afectada com a presença de um indivíduo que manifeste este quadro de psicopatia, dada a sua impulsividade e instabilidade. É, no entanto, possível que um grupo possa recrutar um indivíduo com esta condição para uma missão particular que envolva provocar dor ou causar a morte de

88 McCauley, C., “Psychological Issues in Understanding Terrorism and the Response to Terrorism”, in B. Bongar, L. Brown, L. Beutler, J. Breckenridge, & P. Zimbardo (Eds.), *Psychology of Terrorism* (13-29). Oxford University Press, 2007.

89 Ruby, C. L., “Are terrorists mentally deranged?”, *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 2(1), (2002):15-26.

90 McCauley, “Psychological Issues in Understanding Terrorism”.

civis, garantindo que não exista qualquer distração ou simpatia pelas vítimas, ainda que seja indispensável que esta tarefa envolva pouca ou nenhuma coordenação e confiança no sujeito em questão e que não envolva o suicídio como desfecho final⁹¹.

Várias investigações concluem que a presença e distribuição de psicopatologia em grupos terroristas é semelhante ao que se verifica noutros grupos^{92/93/94}, e cada vez mais é enfatizada a influência de factores situacionais para a explicação da motivação terrorista⁹⁵. Assim sendo, por que motivo é que as caracterizações de terroristas enquanto indivíduos “loucos”, “psicóticos” ou “psicopatas” tendem a persistir? O erro fundamental de atribuição⁹⁶ – isto é, a tendência para explicar o comportamento humano com base em factores internos e disposicionais, ignorando factores situacionais – alicerça a propensão para retratar terroristas como vítimas de psicopatologia⁹⁷. Complementarmente, a Psicologia Social tem demonstrado que, mesmo em indivíduos “bons”, o “mal” pode surgir abruptamente, proveniente de factores de natureza situacional^{98/99}. A influência de variáveis de carácter social, como a obediência à autoridade¹⁰⁰ e a estrutura dos papéis sociais¹⁰¹, poderão interagir com os processos psicológicos comuns à maior parte dos indivíduos e separar ou difundir as suas restrições morais naturais. Como tal,

91 McCauley, “Psychological Issues in Understanding Terrorism”.

92 Atran, “Genesis of Suicide Terrorism”.

93 Crenshaw, “The psychology of terrorism”.

94 Victoroff, “The Mind of the Terrorist”.

95 Bongar, “The psychology of terrorism”.

96 Ross, L., “The intuitive psychologist and his shortcomings: Distortions in the attribution process”, in L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, 10, (1977): 174-221.

97 Atran, “Genesis of Suicide Terrorism”.

98 Zimbardo, P. G., “The psychology of evil: A situationist perspective on recruiting good people to engage in anti-social acts”, *Japanese Journal of Social Psychology*, 11(2), (1995): 125-133.

99 Zimbardo, P. G., “A situationist perspective on the psychology of evil: Understanding how good people are transformed into perpetrators”, in A. Miller (Ed.), *The social psychology of good and evil: Understanding our capacity for kindness and cruelty*. (New York: Guilford, 2004).

100 Milgram, S., *Obedience to authority: An experimental view*. New York: Harper & Row, 1974.

101 Haney, C., Banks, C., & Zimbardo, P., “Interpersonal dynamics in a simulated prison”, *International Journal of Criminology Penology*, 1, (1973): 69-97.

o erro fundamental de atribuição acaba por impedir que seja considerada a perspectiva situacionista¹⁰², pelo que não é surpreendente testemunhar que o permanente foco popular, aquando do debate em torno desta matéria, incida na “mente do terrorista”.

De facto, a intenção terrorista é hostil, perversa e destrutiva. Porém, a incessante preocupação com factores intrapsíquicos poderá desencadear efeitos contrários aos expectáveis por fortalecer e propagar a imagem assustadora e ameaçadora dos terroristas, atribuindo-lhes, por consequência, um poder acrescido e uma vantagem considerável. A partir da atribuição de ênfase a variáveis de carácter disposicional, surgem as graves lacunas na compreensão ampla dos processos de recrutamento e radicalização, das estruturas de tomada de decisão grupal e da amplitude de influências de cariz social que sustentam o terrorismo. De facto, esta atenção exclusiva poderá incrementar a percepção de ameaça na população, impedir a formulação de medidas de contraterrorismo eficazes e, a um grau mais extremo, promover a própria acção terrorista¹⁰³. Sendo este fenómeno invariavelmente compreendido e analisado à luz de um contexto político, o retrato disposicional é utilizado com maior facilidade pelas entidades responsáveis uma vez que evita a explicação exaustiva de factores situacionais desencadeadores destes actos, nomeadamente de medidas internas previamente implementadas ou de comportamentos adoptados em ambos os lados do conflito em questão¹⁰⁴. Contudo, e apesar da sua relevância, a validade das variáveis situacionais não deverá actuar como catalisadora para ilibar ou inocentar a acção terrorista e os seus perpetrantes. Assim, embora não exista margem para dúvida de que todos os terroristas são oponentes com pretensões imorais, responsáveis pela sua própria conduta e merecedores de sanções adequadas, importa reconhecer e considerar todos os factores sistémicos que sustentam, facilitam e promovem a incidência transnacional deste fenómeno.

102 Bongar, “The psychology of terrorism”.

103 *Ibidem*.

104 Bongar, “The psychology of terrorism”.

7. CONCLUSÃO

Num momento em que a investigação científica do terrorismo à luz da Psicologia desvenda o seu carácter premente, a questão “de que serve punir com penas elevadas indivíduos que estão predispostos a ser mártires?”¹⁰⁵ assume, cada vez mais, a sua pertinência. Referenciando novamente o modelo *Staircase to Terrorism*¹⁰⁶, por forma a compreender a parte – tão ínfima quanto demasiada – de indivíduos que decidem e se propõem a subir os referidos degraus até alcançar o topo da escada, revela-se igualmente vital a reflexão sobre os sentimentos de frustração, raiva, vergonha, injustiça e descrença de milhões de cidadãos situados no patamar inferior da progressão. Ainda que as medidas de contraterrorismo vigentes em cada Estado pareçam resultar em conquistas frutíferas imediatas, emerge, cada vez mais, o dever de complementar as estratégias inscritas nos seus planos de segurança interna com políticas de resposta, prevenção e combate abrangentes, e que contemplem a multiplicidade de variáveis contextuais que exercem a sua influência no fenómeno em causa.

A comunidade científica tem vindo a pronunciar-se, de modo reiterado, quanto à saúde mental dos terroristas e à incidência de quadros de psicopatologia nos grupos e organizações desta índole, pelo que as conclusões decorrentes da miríade de investigações conduzidas neste âmbito têm convergido na premissa de que o terrorismo não é o resultado de uma perturbação mental específica. Ainda que, naturalmente, possam existir terroristas padecentes de perturbação mental, o mesmo não se verifica na maior parte destes indivíduos. Ultrapassando a concepção inválida, formulada pela maior parte da população e altamente potenciada pelos meios de comunicação social, de que um terrorista é indissociável de um diagnóstico de perturbação mental, constata-se a imperatividade de proceder à análise crítica do terrorismo com um foco particular na interpretação psicológica das condições materiais do terrorista e das opções consideradas como disponíveis, pelo próprio, para lidar

105 Inácio, A., & Araújo, D., “Um novo paradigma para a segurança: atores de segurança interna”, *Proelium*, VII(14), (2018): 23-28.

106 Moghaddam, “The staircase to terrorism”.

com as injustiças de cariz social que percepção no decurso da sua vida¹⁰⁷.

O terrorismo constituiria uma problemática trivial se apenas os que o praticassem sofressem de algum tipo de perturbação do foro mental. A Psicologia Social tem demonstrado a tamanha facilidade de manipulação do comportamento humano, comprovando que, sob determinadas circunstâncias e influências, qualquer indivíduo é capaz de actuar em conformidade com as normas do grupo ao qual pertence, ou sob ordens específicas provenientes de figuras de autoridade às quais atribui um valor e um significado consideráveis, pelo que o comportamento de um terrorista constitui, portanto, o resultado de uma persistente doutrinação de carácter altamente persuasivo¹⁰⁸. A necessidade de ser aceite e integrado num grupo, de ser reconhecido como parte do mesmo, e de desempenhar um papel que vise a sua subsistência colectiva, fazem parte do extenso e complexo leque de motivações de um terrorista. Cometer actos de puro terror, como matar em troca da própria vida, constitui uma honra inigualável em prol de uma tentativa de reposição de justiça sob a incessante alegação da luta do “bem” contra o “mal”. Objectivamente, qualquer um de nós seria capaz de cometer actos terroristas em certas circunstâncias, sob certas condições: “O indivíduo não é inerentemente egoísta ou altruísta, apenas possui o potencial para a destruição ou para a grandeza.”¹⁰⁹

Concomitantemente, os factores e as condições materiais absolutas, como a pobreza e a falta de educação, não deverão ser entendidas como justificações admissíveis e toleráveis para o envolvimento em acções terroristas. Se as condições de vida ditassem as regras para o terrorismo, estes actos seriam cometidos em maior número pelos indivíduos mais desfavorecidos, provenientes das regiões mais pobres – o que não é, de modo algum, o caso¹¹⁰. Por esta razão, e apesar do dever de acautelar os factores situacionais, a sua validade não pode ser aproveitada para exonerar os terroristas dos seus actos. Por outro lado, um foco exclusivo e redutor nos factores internos ou disposicionais do indivíduo acaba por promover a ideia de que os terroristas são

107 Tyler, T. R., & Huo, Y. J., *Trust in the law*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 2002.

108 Félix, C., “Breve Incurção Histórica, Social e Psicológica sobre o Terrorismo”, *Revista Nação e Defesa*, 2(109), (2004): 153-174.

109 Félix, “Breve Incurção Histórica, 172.

110 Moghaddam, “The staircase to terrorism”.

seriamente temíveis – atribuindo-lhes, assim, uma vantagem estratégica – e resultar em análises irreflectidas sobre os processos de recrutamento, as variáveis grupais inerentes à tomada de decisão e as influências sociais propulsoras do terrorismo¹¹¹. Deste modo, as tentativas em prol do *profiling* de terroristas e da identificação de factores demográficos e socioeconómicos comuns aos mesmos apenas poderão resultar em benefícios teóricos e práticos significativos quando aliadas a uma descrição conceptual mais ampla e profunda dos processos que sustentam este fenómeno.

O terrorismo, pela ameaça que representa, acarreta um impacto lesivo colossal para a segurança pública nacional, que deverá ser alvo de um paradigma de mudança¹¹², cumprindo ainda ao Estado a educação para a cidadania, “promovendo a «consciencialização» da população relativamente às grandes questões da segurança”¹¹³. São vários os Estados que têm vindo a aceitar que os seus interesses referentes à segurança interna poderão ser atendidos através do debate de uma temática controversa e, por muitos, evitada: a reintegração de terroristas na sociedade. A ser instaurada, esta eventual medida – entendida como necessária por uns, e como altamente utópica e inviável por outros – seria alegadamente alcançável através de programas que visassem a desradicalização de indivíduos inseridos nos sistemas prisionais por consequência do seu envolvimento em operações e grupos de carácter terrorista¹¹⁴. Apesar da heterogeneidade que os caracteriza, estes programas assentam na presunção de que, ao assegurar-se a participação activa e assídua de um terrorista nos mesmos, existirá uma redução do risco associado ao seu novo envolvimento em práticas terroristas, posterior à sua libertação¹¹⁵. Existe, contudo, alguma relutância e incerteza no que concerne ao conceito e ao próprio processo de desradicalização de terroristas, e se a reabilitação é, efectivamente, resultado do mesmo, sobretudo se se atentar no insucesso das políticas de reinserção em tipologias criminais bem menos violentas e marcantes na psique do autor,

111 Bongar, “The psychology of terrorism”.

112 Inácio e Araújo, “Um novo paradigma para a segurança”.

113 *Ibidem*, 27.

114 Horgan e Taylor, “Disengagement, De-radicalization and the Arc of Terrorism”.

115 Horgan e Taylor, “Disengagement, De-radicalization and the Arc of Terrorism”.

apesar da falta de dados oficiais que o comprovem. Note-se, ademais, que o verdadeiro desafio assenta no facto de o processo de desradicalização implicar, acima de tudo, uma mudança significativa a nível cognitivo, e não somente a extinção de determinados comportamentos observáveis¹¹⁶. Perante tamanho desafio, considere-se, ainda, que tamanha mudança apenas é possível quando existe abertura e intenção, por parte do indivíduo, para que esta ocorra, pelo que, neste contexto, seria expectável verificar-se um número considerável de terroristas dispostos a participar nos processos de desradicalização e reinserção apenas por encararem estas medidas como o seu único passaporte para a liberdade e, por conseguinte, para a trajectória radicalista pela qual pretendem, verdadeiramente, enveredar. Em consonância com as hipóteses formuladas a respeito da sua reintegração social encontram-se investigações recentes neste domínio, que postulam que muitos dos terroristas que se afastam destas práticas não são, necessariamente, um produto da desradicalização, e que, caso fossem submetidos a este processo, tal não constituiria um pré-requisito para níveis mais baixos de reincidência¹¹⁷, validando a perspectiva de que o sucesso de políticas desta natureza ainda se afigura como altamente incerto e rebuscado.

A inconsistência prática destes programas e a lacuna científica que lhes subjaz remetem para a dificuldade de determinar a sua eficácia na desradicalização de terroristas, enquadrando-se numa categoria ilusória promotora de um falso ponto de partida para a intervenção neste domínio. A preocupação única e excessiva com a desradicalização de indivíduos por forma a agilizar a sua reintegração na sociedade pode, na realidade, ser prematura, ingénua e portadora de consequências irreversíveis. Na ausência de dados empiricamente válidos, o processo confiável e fidedigno de desradicalização permanece altamente questionável. Se ainda sabemos pouco sobre o “como” e o “porquê” de indivíduos decidirem associar-se a grupos e organizações terroristas, sabemos ainda menos sobre os motivos que sustentam o seu retorno às suas nações muito depois de se terem desconectado das mesmas. Ainda assim, revela-se pertinente a especulação sobre se estes membros retornados regressam aos seus países de origem com uma missão particular. Recorde-se

116 *Ibidem.*

117 *Ibidem.*

que a Al-Qaeda prestava formação a voluntários em campos de treino e, posteriormente, ordenava o seu regresso às suas rotinas quotidianas até ao “dia do chamamento”, no qual eram activados e cumpriam com o desiderato para o qual haviam sido instruídos.

De acordo com os dados apresentados no Relatório Anual de Segurança Interna referente ao ano de 2020, e no que concerne ao panorama geopolítico e geoeconómico internacional, a ameaça terrorista foi pautada pela influência do movimento jihadista global, que continua a seduzir novos seguidores e potenciais recrutas. Relacionado com o impacto deste fenómeno no território da União Europeia, encontra-se o activismo predominantemente endógeno, cujo proselitismo se verificou, em níveis mais elevados, entre a população mais jovem e entre reclusos e ex-reclusos. Dada a acentuada dificuldade na detecção destes indivíduos – derivada da inexistência de um perfil psicológico típico aos terroristas, e da sua presença discreta na sociedade –, a interrupção precoce do processo de radicalização não constitui uma tarefa fácil¹¹⁸. Encontramo-nos, indubitavelmente, perante um fenómeno em massiva ascensão e agravamento, pelo que os parâmetros basilares que deverão merecer, actualmente, a atenção dos Estados dizem respeito a medidas de carácter antecipatório e preventivo que visem, em última instância, a sua erradicação. Prioritariamente, deverá ser prestado um apoio responsável e eficiente a vítimas desta ameaça, com o intuito de impedir o desenvolvimento ou o agravamento de perturbações do foro mental resultantes da exposição a eventos potencialmente traumáticos causados por acções terroristas. Ademais, revela-se indispensável dotar os profissionais de saúde de competências adequadas para a sua actuação nestes contextos, dado que este investimento norteará os diversos Estados na formação de equipas de resposta rápida aquando da ocorrência de eventos futuros associados a práticas terroristas, mitigando, desta forma, os efeitos nefastos deles decorrentes na população geral. Em última instância, importa adoptar uma postura assertiva aquando da comunicação sobre a pertinência do envolvimento da Psicologia na investigação deste fenómeno. Lutar contra o terrorismo passa, essencialmente, por compreendê-lo e por reconhecer que esta ameaça, agora endógena e omnipresente, marcará a sua presença todos os dias ao nosso redor até ser seria-

118 Soares, “A Radicalização Salafista”.

mente contemplada com recurso aos contributos da comunidade científica, integrando-os, finalmente, em planos concretos que visem a sua prevenção e subsequente combate.

Data de submissão: Junho de 2022
Data de aceitação: Dezembro de 2022